

ESTADO, NAÇÃO E REGIÃO*

por
Maria Isabel João**

Portugal constituiu-se como Estado com fronteiras relativamente definidas e estáveis muito cedo. Em 1139, D. Afonso Henriques começou a intitular-se Rei depois da vitória alcançada contra os muçulmanos na batalha de Ourique. Um novo Reino nascia na Península Ibérica e ia construir o seu território a golpes de espada contra os mouros e à custa de tratados com os vizinhos castelhanos. Em 1249, D. Afonso III tomou o Algarve. O território de Portugal continental estava basicamente definido e poucas alterações iria sofrer nos séculos posteriores. Pelo tratado de Badajoz, em 1264, Afonso X de Castela renunciou aos direitos que detinha sobre parte do Algarve e legitimou a sua integração definitiva no Reino de Portugal. Mas a constituição de um Reino não pode ser confundida com a criação de uma Nação. Para que o Reino se transformasse em Nação foi necessário percorrer um longo caminho que só ficou completo no século XIX, no quadro da afirmação da ideologia e do Estado oriundos das revoluções liberais.

Os vectores da construção da unidade do país na época medieval foram, segundo José Mattoso, a língua, a terra e o rei. Em 1325 a língua portuguesa estava praticamente feita. O português é essencialmente galego-português, enriquecido de vocábulos e fonética moçárabes. Exceptuando a reduzida área do mirandês, o português ocupou todo o território e poliface-

* Conferência proferida no âmbito das comemorações oficiais do aniversário do estatuto administrativo de 2 de Março de 1895, no Palácio dos Capitães-Generais, em Angra do Heroísmo.

** Universidade Aberta (Lisboa).

tou-se numa grande riqueza de falares. Em 1500, segundo António José Saraiva, a sua fisionomia já estava fixada. Na mesma época, os naturais da terra já eram os “nossos”, por oposição aos de fora ou estrangeiros. Com a terra se tinha estabelecido um laço natural e ancestral, visto que era o sítio do nascimento e a herança dos antepassados – “uma parte de nós tem a terra e outra os parentes”, escreveu Fernão Lopes. O patriotismo emergente encontrou no Terceiro Estado ou Povo o terreno propício para se desenvolver e tornou-se evidente na crise dinástica de 1383-85. Portugal é já identificado como a nossa terra e os portugueses são os naturais dela, por oposição aos adversários castelhanos e aos outros estrangeiros. O rei é a figura e o símbolo maior da unidade dessa terra, a “cabeça e o começo do povo todo”. É com D. Dinis que o monarca se afirma como uma instituição que resume o país. Nas palavras de José Mattoso, “não mais será o insigne companheiro dos nobres nem o equivalente temporal do papa e dos bispos. Mas antes, conforme haverá de afirmar D. Duarte em 1438, a cabeça e o senhor da nação e dos seus habitantes, clero, nobreza e povo. Ou seja, a palavra-figura polarizadora da unidade, da ordem”¹.

Os elementos estavam reunidos para ser possível identificar um país e compor uma entidade nacional. A breve trecho, o projecto da expansão permitiria agregar os vários grupos sociais em torno da grande empresa ultramarina. Portugal lançou-se na aventura das navegações, na ocupação e conquista de outras terras. Com isso, abriu os seus horizontes e os do mundo conhecido; confrontou-se com realidades diferentes, com outros povos e culturas e os portugueses tomaram maior consciência de si e da sua identidade. Mas essa identidade era complexa e não se exprimia somente em termos de nacionalidade (que era, aliás, um termo inexistente na época). Ser português assumia contornos muito menos nítidos e unidimensionais do que tem hoje.

Pode estabelecer-se uma hierarquização dos níveis de identidade na época moderna².

No topo, existia uma **identidade cristã** que unia todos aqueles que tinham a mesma crença religiosa e transformava os muçulmanos nos principais inimigos. Por isso, a herança moura foi recusada durante muito

¹ José Mattoso, *História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480)*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 371

² António Manuel Hespanha, , *História de Portugal. O Antigo Regime (1620-1807)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 19 e sgs.

tempo como elemento constitutivo da identidade portuguesa: os mouros eram o Outro, factor de perturbação e de destruição dos primitivos reinos cristãos. Não partilhar a fé cristã equivalia a ser de outra “nação” e estiveram em vigor rigorosas medidas de limpeza de sangue para evitar a contaminação com *nações infectas*, como a moura e a judaica.

As elites cultas assumiam a **identidade europeia**, fundada na tradição clássica e no humanismo. A língua latina continuou a ser, por largo tempo, um importante veículo de comunicação.

A **Hispania** mantinha-se também como uma referência identitária importante, visto que era a região natural que, nos termos das teorias geográficas e antropológicas da Antiguidade, conformava a *natio* ou nação, no sentido clássico. Por esse facto, e por razões que se prendiam com o prestígio das casas reais, os projectos de uma união ibérica continuaram a ser acalentados pelas Coroas portuguesa e castelhana, dando lugar a casamentos e alianças que acabaram por conduzir à monarquia dual, de 1580 a 1640.

Portugal era identificado com a **Lusitânia**, antiga província da Hispania, e os lusitanos constituíam uma comunidade com uma origem remota e natural, que se tinha desenvolvido através dos laços de sangue e da ligação à terra. Em torno do milagre de Ourique, se construiu um dos mitos fundadores mais fortes e poderosos da identidade dos lusos ou lusitanos que se viam a si próprios como um povo eleito, escolhido por Deus para espalhar a fé cristã e combater os infiéis, isto é, para realizar a cruzada. A identidade portuguesa confunde-se com o Reino e este é um instrumento de Deus para realizar na terra o seu Império. Assim, uma gravura do século XVII representa a Lusitânia sob a figura alegórica de uma mulher, sentada sobre o globo terrestre, de espada à cinta, brandindo numa mão o ceptro e na outra a cruz, da qual pende a bandeira da Restauração. Por baixo, pode ler-se a seguinte legenda em latim: “ousou minha piedade arrimar-se na divina, para que, dando-me Deus os reinos, assim dê eu os reinos a Deus”.

Na base, estão as identidades que se constroem a partir de círculos de sociabilidade de âmbito mais restrito: os laços familiares e de linhagem que, no caso da alta nobreza, cruzavam as fronteiras políticas; as ligações à terra de origem, que tanto podia ser uma vila, cidade ou concelho como a província, por vezes identificada pela palavra pátria; identidades de linhagem, identidades sociais e estatutárias, identidades locais e regionais de contornos territoriais imprecisos assumiam uma importância decisiva na forma como os portugueses se viam e se reconheciam, durante o Antigo Regime.

A identidade portuguesa ainda não tinha a dimensão precisa e o ascendente de que dispõe actualmente na forma de representarmos o mundo e de nos vermos como uma parte específica dele. Hoje, a identidade nacional assume o primeiro plano e sobrepõe-se à religião, aos estatutos sociais, às identidades locais e regionais. Antes de mais e acima de tudo, somos portugueses. A Hispânia ou, se quisermos, a Ibéria deixou de fazer parte das referências identitárias comuns dos portugueses. Mas há excepções de vulto: o escritor José Saramago, casado com uma espanhola, a viver em Lanzarote e a forte imagem da sua *Jangada de Pedra*, que é afinal a Ibéria, em deriva pelo Atlântico. Saramago recupera na sua obra essa dimensão hispânica de que a portugalidade foi amputada, por razões políticas, e que a empobreceu. Há, afinal, várias dimensões do ser português e a ibérica é uma delas, sem dúvida.

O Atlântico foi, na Idade Moderna, um mar português, meio privilegiado de comunicação com o desconhecido e de aproximação entre os continentes. Assim, a identidade portuguesa que já é possível detectar na época medieval, aprofundou-se no plano interno e ganhou uma projecção mais ampla, mais plurifacetada, no plano externo.

No plano interno, o principal factor de integração foi a Coroa que procurou ordenar e organizar o território e as suas populações de forma a obedecerem, na condição de súbditos, ao centro simbólico do poder. Mas não tenhamos demasiadas ilusões quanto à eficácia e penetração efectiva das reformas e da legislação régia na sociedade portuguesa da época moderna. Não podemos confundir as intenções com a realidade, a teoria com a prática. O centro do poder continuou distante da grande maioria dos súbditos e a eficácia da actuação dos seus agentes não era muito grande. A distância, a dificuldade das comunicações, a persistência de enraizamentos e de solidariedades muito fortes a uma escala inferior ao Reino mantiveram-se como dados de uma realidade que demorou a mudar. Por isso, alguns historiadores têm-se interrogado se é legítimo falar de Estado em épocas em que o poder se encontrava, de facto, distribuído por uma série de corpos autónomos, com largos privilégios e direitos, que o próprio Rei tinha de respeitar, na sua qualidade de árbitro entre os vários poderes. Aliás, a expressão da importância da tradição e dos direitos adquiridos pelas várias instâncias do poder encontra-se na própria legislação destas épocas que era, afinal, uma compilação dos usos e costumes dos povos. Não se pretendia inovar, mas conservar. Totalmente oposta será a perspectiva do legislador iluminado pelo

espírito racional das Luzes: a lei devia ser o alicerce do futuro e não a cúpula do passado³.

O historiador António Hespanha prefere reservar o conceito de Estado para definir um sistema estruturalmente centralizado, como o que surgiu no século XIX⁴. É então que se dá a grande ruptura do sistema de distribuição social do poder com a passagem de um sistema em que o poder está internamente repartido por corpos autónomos, embora hierarquizados e reduzidos simbolicamente à unidade, para aquele em que o poder se encontra concentrado num pólo, efectivamente monopolizado por um centro político, com o correspondente apagamento das instâncias políticas intermédias. É, por isso, nas tensões e clivagens resultantes da implantação do Estado contemporâneo que temos de situar a discussão política muito viva, ao longo do século XIX, sobre centralização e descentralização. A questão não foi específica dos arquipélagos atlânticos, foi um problema nacional que conduziu à elaboração de sucessivos Códigos Administrativos e de leis complementares. O que estava em causa não era somente a mudança do regime político-administrativo, mas uma profunda transformação da sociedade e da orgânica do exercício do poder e da soberania que compete ao Estado. Os poderes e as oligarquias locais resistiram, naturalmente, quanto puderam à centralização e as solidariedades locais e de homem para homem redefiniram-se noutros termos, dando lugar aos fenómenos do caciquismo e do clientelismo político contemporâneo.

Se a integração política se revelou complexa e difícil, a económica e a cultural não o foi menos. O economista e historiador David Justino estudou o complexo processo de construção de um espaço económico nacional, entre 1810 e 1913⁵. Isto é, o magno problema da constituição do mercado nacional que foi a base da afirmação política das burguesias nos países europeus, a base do crescimento económico e da industrialização, a base das sociedades abertas, concorrenciais da época contemporânea. É pena que na sua análise não entrem a Madeira e os Açores. Fica, assim, o espa-

³ Nuno José Espinosa Gomes da Silva, “Codificação em Portugal” in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. III, s.l., Iniciativas Editoriais, 1979, p. 87

⁴ Cf. “Introdução” in *As vésperas do Leviathan, Instituições e poder político. Portugal – séc. XVII*, s.l., Edição do Autor, 1987, p. 17 e segs.

⁵ Cf. *A formação do espaço económico nacional. Portugal 1810-1913*, I e II vols., Lisboa, Vega, 1988

ção económico nacional incompleto. Mas as suas conclusões são extremamente importantes para se compreender a debilidade do processo de desenvolvimento em Portugal que passa, em boa medida, pela pequena dimensão, fraco dinamismo e integração do espaço económico nacional. E o problema não é somente o resultado da falta de uma rede de transportes e comunicações, como se pensava no século XIX. Quase meio século de investimentos no sector dos transportes e de um avultado endividamento do Estado por via desse esforço financeiro, que teoricamente deveria ser compensado pelo crescimento económico e pelas receitas fiscais, acabaram por demonstrar que as dificuldades da economia portuguesa tinham razões mais complexas e profundas do que a mera questão das comunicações.

A criação do mercado nacional pressupõe uma acção sistemática do Estado com vista a uniformizar – por ex., a uniformização de pesos e medidas –, a anular as barreiras alfandegárias internas, herdadas de épocas recuadas, a desenvolver os meios de comunicação, a fiscalizar a actuação dos agentes económicos, a impor regras. Mas exige também um desenvolvimento da economia que faculte a mobilidade geográfica dos bens e dos factores de produção; uma divisão regional do trabalho e o intercâmbio comercial entre as várias áreas; a existência de pólos dinamizadores e de articulações entre as várias regiões; relações de interdependência e complementaridade. Neste aspecto, as conclusões de David Justino apontam para o fraco nível de integração, interdependência e complementaridade atingido pela economia portuguesa no limiar do século XX. Ou seja, numa das dimensões mais importantes da construção da unidade e integração nacional, o nosso país continuou a apresentar arcaísmos que permaneceram até muito tarde. Uma mais efectiva articulação do espaço económico nacional é, assim, um fenómeno recente, mas minado por fortes assimetrias regionais e por uma grande dependência externa.

Referimos o problema da integração política e económica, mas ainda não colocámos uma questão que se revelou fundamental em todos os processos históricos de construção de nações: a capitalidade, isto é, a existência de um pólo dinamizador do espaço económico nacional e centralizador do ponto de vista político. No caso português, desde o século XVI que Lisboa se foi assumindo paulatinamente como esse pólo. Lisboa centralizava a riqueza dos tráficos ultramarinos, o poder, as elites, a cultura e era uma porta aberta para o mundo. Lisboa era simultaneamente castiça e cosmopolita. Lisboa tornou-se, de facto, a capital do país. Uma capital macrocéfala,

visto que não se desenvolveu uma rede de cidades médias capazes de serem efectivamente pólos de dinamização das regiões e de articulação mais equilibrada dos vários espaços do território nacional⁶. Tais desequilíbrios mantiveram-se ao longo do tempo e continuam actualmente, apesar do crescimento de algumas cidades de média dimensão.

A par dos aspectos políticos e económicos, a questão cultural é o terceiro vector da construção das nações. A língua é um dos factores mais decisivos da identidade cultural de uma Nação, mas não é suficiente. É preciso que as populações se revejam em mitos e memórias comuns, em instituições e símbolos que tenham uma expressão territorial nacional.

Durante a Idade Moderna, a oposição a Castela, a Coroa e certas instituições, como as Cortes, onde se reuniam os representantes de todo o país, desempenharam um papel importante na construção da unidade nacional. A itinerância da corte régia contribuiu, decerto, para aproximá-la dos súbditos e para a afirmar como um factor de agregação, de unidade de todos os que lhe deviam obediência. A guerra contra inimigos externos comuns – em particular, contra Castela – foi outro elemento importante para a união dos habitantes do Reino e a construção de mitos e memórias comuns. Mas isso não tinha força suficiente para construir aquilo que nós hoje designamos por *identidade nacional* e que é fruto da sujeição de todos os cidadãos de um país, e não já dos súbditos de um Rei, a um poder uniformizador e à obrigatoriedade de cumprir certos deveres perante o Estado e a Pátria. Entre estes deveres releva a obrigação de pagar impostos para sustentar a coisa pública e de cumprir o serviço militar. Tanto um como outro nunca foram aplicados sem uma tenaz resistência das populações.

O serviço militar e a escola foram duas importantes fábricas de cidadãos nacionais, porque permitiram pôr em contacto moços de várias regiões do país e alargar os seus horizontes. Nos bancos das escolas, aprenderam os rudimentos de geografia e de história necessários para adquirir algo como uma consciência nacional. A identificação de certos símbolos – hino, bandeira, instituições, figuras, monumentos, etc. – é outro aspecto importante desse processo de formação cívica que só na época contemporânea mereceu uma atenção sistemática por parte dos responsáveis políticos. Mais do

⁶ Vitrino Magalhães Godinho chamou a atenção para este fenómeno que se articula com o facto do movimento urbanizador ter sido extremamente limitado em Portugal (Cf. *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Arcádia, 1975, pp. 26-339).

que a Monarquia Constitucional foi a República que, no quadro da sua filosofia política, se preocupou de forma intensa com os aspectos simbólicos da identidade nacional. Nesta ordem de ideias, as festas cívicas e as comemorações não deixaram de ter um papel importante na educação dos cidadãos, na medida em que os conduzem a partilhar memórias, mitos e símbolos comuns e a identificarem-se com o Estado-Nação.

Estamos, por conseguinte, no momento exacto para definir a Nação como “*uma determinada população, que partilha um território histórico, mitos e memórias comuns, uma cultura pública de massas, uma economia comum e direitos e deveres comuns a todos os membros*”⁷. Esta é a definição dada pelo sociólogo inglês Anthony Smith numa obra recente, onde afirma que o nacionalismo continua a ser uma das mais importantes e vivas formas dos cidadãos se perspectivarem no mundo contemporâneo. Mas é também, ao contrário do que os ideólogos nacionalistas sempre procuraram fazer crer, uma forma recente. Os seus contornos começaram a desenhar-se em épocas anteriores, mas foi somente no século XIX e XX que o edifício ficou concluído - um Estado-Nação e uma ideologia que o afirma no plano político, cultural e especialmente simbólico.

Uma das consequências mais importantes e decerto irreversíveis da expansão oceânica dos portugueses foi a edificação da Madeira e dos Açores e a transformação de Portugal num país arquipelágico, com um pé na Península Ibérica e o outro bem dentro do Atlântico. Em 1451, refere-se a Madeira como “Portugal-o-Novo”⁸. Portugal é então identificado com o Reino e as ilhas atlânticas do senhorio do rei português são designadas como “ilhas sujeitas a Portugal”. Mas havia já a consciência de que eram um prolongamento do país, um Portugal novo que nascia no meio do oceano. É natural: as ilhas eram desertas e estavam a ser lentamente povoadas pelos portugueses.

⁷ Anthony Smith, *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva, 1997, p. 28

⁸ José Mattoso (dir.), *História de Portugal. A Monarquia feudal (1096-1480)*, vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, p. 370

Contudo, a descontinuidade geográfica e as vicissitudes da própria história moldaram as únicas identidades regionais que tiveram uma expressão política na época contemporânea. Foi nos Açores, na ilha de São Miguel, que teve lugar o primeiro movimento político organizado com vista a reivindicar um estatuto administrativo especial. A maior distância do centro do poder e a capacidade das elites locais, inegavelmente mais preparadas e com maior expressão política do que as madeirenses, conferiram aos Açores protagonismo e primazia nas reivindicações autonomistas e, dentro deste arquipélago, à ilha de São Miguel. Aquilo que se conseguiu alcançar a 2 de Março de 1895, numa conjuntura nacional muito adversa e difícil sob vários aspectos, foi uma lei que facultava uma tímida descentralização aos distritos insulares que requeressem a sua aplicação, mantendo em vigor as Juntas Gerais que, entretanto, tinham sido extintas no continente. Só o distrito de Ponta Delgada, ainda em 1895, e o de Angra do Heroísmo, em 1898, quiseram o novo estatuto. A Horta não tinha condições financeiras para poder aplicá-lo e preferiu manter-se no regime geral do país. Em 1902, a Madeira também aderiu ao modelo administrativo específico dos distritos insulares.

Este decreto de Hintze Ribeiro resultou da constatação lógica que a condição ultramarina dos arquipélagos requeria um regime administrativo diferenciado, como já tinha acontecido no passado. E é tanto mais importante quanto foi promulgado numa altura em que o país estava mergulhado numa grave crise e a política de centralização, na linha dos Códigos Administrativos de 1886 e 1895, era a tónica da actuação dos governos. Mas a unidade para efeitos de política administrativa era o distrito e não a região. Tal como a Nação, também a região resulta de um processo histórico de construção, em que factores político-administrativos, económicos e culturais têm de cruzar-se para se poder afirmar o respectivo perfil.

Quando chegámos ao século XIX, os Açores eram uma região do ponto de vista geográfico, mas tal situação não tinha correspondência ao nível político-administrativo, económico e muito menos na consciência das suas populações. A curta experiência do governo geral, com sede em Angra, não se tinha enraizado na vida do arquipélago, que continuou a recorrer a Lisboa e ao Rei para arbitrar os conflitos e a viver no fechado microcosmos de cada ilha, com os seus poderes tradicionais, senhores de consideráveis prerrogativas e privilégios.

Nas Cortes Constituintes, de 1821, os deputados micalenses defenderam com muita veemência a separação do governo de Angra, secundados pelos representantes das ilhas do Faial e do Pico. É importante determo-nos sobre os seus argumentos:

1. O primeiro reporta-se à tradição de cada ilha ter sido sempre governada pelos capitães dos donatários, sem qualquer dependência das outras e estabelecendo relações directas com Lisboa;
2. o segundo salienta a distância entre as ilhas e a dificuldade das comunicações, além das escassas relações de São Miguel e de Santa Maria com a ilha Terceira;
3. o terceiro esclarece as Cortes que São Miguel é perfeitamente auto-suficiente a nível económico, nenhuma precisão tem das outras ilhas, nenhuma dependência delas e muito menos da ilha Terceira;
4. por fim, os deputados ainda acrescentam o mau governo dos capitães-generais e, passo a citar, o “ódio e rivalidade que têm, há muitos anos a esta parte, os habitantes da ilha Terceira aos povos desta ilha”⁹.

Não podiam ser mais claros. O Congresso acabou por dar um parecer favorável à divisão do arquipélago em três comarcas independentes, mas logo no ano seguinte voltou a funcionar a Capitania, na sequência da queda do regime constitucional.

A reforma político-administrativa de Mouzinho da Silveira, de 1832, ainda pretendeu implantar em Portugal o sistema francês, dividindo o país em províncias governadas por um Prefeito. Nos Açores, Angra manteria a posição de capital e sede da Prefeitura, enquanto Ponta Delgada e Horta seriam a sede de Sub-Prefeituras. O sistema realmente centralizador não agradou a um país habituado às amplas liberdades e autonomia dos seus povos ao nível municipal. O concelho era a base territorial mais viva da administração do país e a tradição municipalista constituía um obstáculo de monta à criação de unidades político-administrativas de maior dimensão. O problema não era, por conseguinte, específico dos Açores, mas aqui mesclava-se com a questão da insularidade que ainda tornava as elites locais e as populações mais renitentes a uma administração centralizada ao nível da província.

⁹ Maria Isabel João, *Os Açores no século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, Lisboa, Cosmos, 1991, p. 225

A solução encontrada pelos legisladores foi o distrito, mas esta unidade político-administrativa intermédia nunca funcionou em termos de identificação das populações. Foi sempre uma mera divisão administrativa. Num plano vago, os portugueses do continente continuaram a identificar-se entre si pelas províncias de origem e alguns estereótipos eram comuns, e são ainda hoje, quando se trata de identificar as características dos habitantes das várias regiões do país. Mas isso não traduz a existência de unidades territoriais com uma expressão perfeitamente definida e autónoma. Deste modo, os movimentos regionalistas que se desenharam no continente, no período da I República, foram bastante incipientes e confusos. Podemos afirmar que foram mais um produto da crise política e da falta de autoridade do Estado, naquela época.

Outras implicações mais fundas tinha o auto-proclamado movimento “regionalista” açoriano que, a breve trecho, se estendeu à Madeira. Nos arquipélagos atlânticos, apesar das divisões internas serem muito fortes, havia razões históricas que continuavam a justificar a diferenciação e alguns responsáveis políticos nacionais tinham consciência desse facto. Por isso, se mantiveram formas administrativas especiais nas ilhas, apesar de estarem longe das reivindicações de alguns segmentos das sociedades açoriana e madeirense. Em termos gerais, o centralismo acabou por dominar as políticas dos governos e por ser imposto em todo o território nacional.

A divisão administrativa em distritos manteve-se durante a I República e o Estado Novo e, no caso dos Açores, não deixava de traduzir as próprias rivalidades internas existentes entre as ilhas.

No plano económico, a divisão também se continuava a justificar. Os Açores não funcionavam como uma região integrada ao nível da sua economia. Durante séculos, uma economia voltada para o auto-consumo e a exportação para os mercados exteriores, as limitadas trocas entre a maior parte das ilhas, a dificuldade das comunicações e a fraca mobilidade de pessoas e bens no espaço do arquipélago cimentaram a separação e a autarcia das ilhas.

Nos séculos XIX e XX, muitos dos problemas continuaram: relações escassas e difíceis entre as ilhas, falta de complementaridade e interdependência, mercado regional praticamente inexistente. Ainda em 1970, um relatório sobre a agricultura açoriana referia que até há poucos meses o arquipélago tinha tido a sua economia espalhada por um regime alfan-

degário anacrónico¹⁰. Os órgãos de poder local continuavam a cobrar taxas sobre a circulação de mercadorias, como na Idade Média.

O desenvolvimento de qualquer indústria – o álcool, a moagem, etc. – dava azo a acesos despiques “bairristas” entre as ilhas, sobretudo entre São Miguel e Terceira. Para os investimentos serem viáveis, a indústria precisava de contar com o mercado regional, pelo menos. Mas nem isso era possível, porque o tal sistema alfandegário anacrónico e os interesses micro-regionais tornavam difícil a vida das unidades industriais de maior dimensão, geralmente com sede em São Miguel. O mercado do continente era a sua alternativa, mas aí tinham de defrontar-se com a concorrência das outras indústrias nacionais e até das importações estrangeiras. A questão do mercado foi, e continua a ser, um dos maiores problemas da economia regional. Tal como é também, noutra escala de grandeza, para toda a economia portuguesa.

Já nos anos 60, quadros açorianos ligados à Igreja Católica e à elaboração dos Planos de Fomento tinham uma perspectiva global da região e entendiam que era necessário criar dinâmicas de desenvolvimento que superassem os particularismos insulares. As Semanas de Estudo dos Açores, realizadas pelo Instituto Açoriano de Cultura, com sede em Angra do Heroísmo, proporcionaram o aprofundamento dessa visão, à qual não é estranho o facto da Igreja funcionar em termos de unidade diocesana.

A criação de organismos de planeamento económico regional, no âmbito do III Pano de Fomento, em 1969, foi um passo importante para se pensar os Açores e a sua economia de forma global, como um todo. E foi, por conseguinte, um passo decisivo na formação da consciência dos quadros técnicos locais e no caminho para a criação da região em termos políticos. Podemos afirmá-lo hoje, com a perspectiva que temos da evolução posterior, se bem que tal ideia não estivesse ainda nos horizontes da época.

A criação das duas Regiões Autónomas foi precipitada pela conjuntura política de 1975, como é sabido. Em ambos os casos, a obtenção da autonomia não foi o resultado da acção de movimentos ou de partidos regionalistas com tradição e consistência política, fortemente enraizados na consciência das populações e na prática política. Os movimentos autonomistas nos Açores não tinham, tradicionalmente, uma expressão regional

¹⁰ *A Agricultura Açoriana. Realidades e Perspectivas* (policopiado), Lisboa, 1970, p. 114

organizada e unidade política. O principal centro das reivindicações foi, em geral, a cidade de Ponta Delgada. É natural: São Miguel concentra a maior parte da população¹¹, da produção e da riqueza dos Açores. É, por conseguinte, o pólo mais dinâmico da vida política, da economia e até da cultura açoriana, pelo menos desde a segunda metade do século XIX. Mas não se conseguiu afirmar como capital e o equilíbrio político regional passa, actualmente, por manter a governação dispersa por três pólos, na sede dos antigos distritos. Apesar de ser um facto político, diria que a região dos Açores é ainda uma realidade em construção. No campo da articulação e integração da economia, no campo da afirmação de um pólo centralizador e dinâmico da região, no campo da identificação e consciência regional das populações, demasiado marcado pelos particularismos insulares, parece evidente a um observador exterior que ainda há importantes passos a dar.

Facilmente se depreende da análise feita que entendo que **a região é um espaço com limites definidos pela geografia e a história, relativamente integrado do ponto de vista económico, político e cultural, cuja população partilha um capital de mitos, memórias e tradições comuns que são a base da consciência e da identidade regional.** Neste sentido, comemorar o 2 de Março pode vir a ter um inegável valor simbólico para a população regional, porque se trata do primeiro estatuto administrativo especial para os distritos insulares. Em termos políticos, a vivência da dimensão regional, tal como da local, pode representar um enriquecimento da cidadania, se for capaz de suscitar uma participação mais activa e consciente das populações na resolução dos problemas colectivos. Mas nesse domínio, que é o da consciência cívica e do exercício efectivo dos direitos políticos, a sociedade portuguesa em geral continua a revelar défices e fraquezas persistentes.

Em suma, pretendi mostrar que a Nação e a Região – duas realidades territoriais, humanas e afectivas que fazem parte da forma como perspectivamos a nossa posição no mundo e a nossa identidade colectiva –

¹¹ 1890 – Terceira: 46 637; S. Miguel: 118 511 // 1994 – Terceira - 56 400; S. Miguel - 128 230

foram o resultado de processos históricos complexos e são realidades dinâmicas, vivas, em mudança. Não são dados adquiridos para todo o sempre e estanques.

Hoje, muitas regiões que foram espaços importantes de identificação das populações ao longo de séculos estão a envelhecer e a morrer por causa da quebra demográfica, do abandono, da desertificação da paisagem humana. Em contrapartida, crescem as grandes concentrações populacionais e os espaços urbanos incaracterísticos, padronizados e idênticos em qualquer parte do mundo. É a civilização do consumo e dos *shopping centre*, para falar uma língua em que cada vez mais todos nos entendemos. A própria Nação não é imune aos fenómenos da globalização das economias, da uniformização dos modos de viver e da perda de soberania dos Estados, no quadro da integração em unidades políticas supra-nacionais. E as mudanças actuais são mais rápidas do que em qualquer outra época da história humana.

Não é necessariamente negativo o processo de transformação que se vem desenrolando sob os nossos olhos. Tudo depende da forma como formos capazes de lidar com as situações e, sem perder de vista a experiência do passado, soubermos reinventar a nossa relação com o mundo. Nele, todos os planos da identidade devem ter espaço para se afirmar e para se expressar do ponto de vista político, económico e cultural. Mas sobre todos eles é preciso, é imprescindível recriar o sentido da própria ideia de Humanidade, com os termos Diversidade, Convivialidade e Solidariedade. A Humanidade é, afinal, a nossa única e inultrapassável fronteira.